

Hospital São Lucas S.A.

**Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.
Americana – São Paulo
CNPJ N.º 43.254.267/0001-18

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos.

As demonstrações contábeis da entidade **HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.**, em 31 de dezembro de 2022 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 27 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da **entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**.

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de março de 2024.

JAMIR TOMAZ

OLIVEIRA:72014954887

AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S.S.
CRC nº. 2SP013587/O-8
CVM nº. 7218

Assinado de forma digital por

JAMIR TOMAZ

OLIVEIRA:72014954887

Dados: 2024.05.07 11:45:19 -03'00'

Jamir Tomaz Oliveira
CRC nº. 1SP100506/O-8
CNAI nº. 1300

Hospital São Lucas S.A.
Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2023	2022
Ativo			
Circulante		30.093	31.489
Caixa e equivalentes de caixa		2.831	2.564
Contas a receber de clientes	6	24.597	26.146
Estoques		944	1.087
Créditos tributários e previdenciários		1.689	1.638
Outros ativos		32	54
Não circulante		38.834	26.736
Realizável a longo prazo		17.239	5.752
Impostos diferidos ativo		99	2.838
Depósitos judiciais e fiscais		-	-
Outros ativos	5	17.086	2.914
Investimentos		53	52
Imobilizado	7	21.440	20.757
Intangível		156	175
		21.595	20.984
Total do ativo		68.927	58.225
Passivo			
Circulante		50.427	50.002
Fornecedores		194	187
Salários a pagar	8	3.635	3.157
Tributos e encargos sociais a recolher		1.263	1.316
Provisões de imposto de renda e contribuição social		-	373
Outros passivos	9	45.335	44.968
Não circulante		13.458	7.420
Impostos diferidos passivos		101	101
Provisões para ações judiciais		13.583	7.224
Outros passivos	9	(225)	95
Patrimônio líquido		5.041	804
Capital social		10.400	10.400
Prejuízos acumulados		(5.359)	(9.596)
Total do passivo e do patrimônio líquido		68.927	58.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.
 Demonstração do Resultado do Exercício
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31 de dezembro de</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	11	68.829	67.297
Custos dos serviços prestados	12	(69.394)	(66.859)
Resultado bruto		(565)	438
Despesas administrativas		6.338	(54)
Perdas de recuperabilidade sobre créditos		-	(10)
Outras receitas, líquidas	13	228	3
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		6.002	377
Receitas financeiras		696	300
Despesas financeiras		(90)	(142)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		6.608	536
Imposto de renda e contribuição social - corrente		369	(547)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(2.739)	(859)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		4.238	(870)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	4.238	(870)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.238	(870)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.400	(8.727)	1.673
Prejuízo líquido do exercício	-	(870)	(870)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.400	(9.597)	804
Lucro líquido do exercício	-	4.238	4.238
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.400	(5.359)	5.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.
 Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

		31 de dezembro de	
	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período		4.237	(870)
Depreciações e amortizações	7	1.064	936
Atualização monetária contingência e depósitos judiciais		1.484	1.061
Baixa imobilizado/intangível	7	-	10
Outros		-	586
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.743)	204
Imposto de renda e contribuição social		2.370	671
			(1.033)
(Aumento) reduções dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	6	1.548	1.406
Estoques		143	(13.432)
Créditos tributários e previdenciários		(51)	851
Impostos diferidos ativos		2.739	(10)
Despesa de comercialização diferida		-	859
Depósitos judiciais e fiscais		-	67
Outros ativos	5	(14.152)	(1.626)
Aumento (reduções) dos passivos operacionais			
Fornecedores		7	15
Salários a pagar	8	481	58
Tributos e encargos sociais a recolher		(53)	252
Provisões para ações judiciais		4.874	267
Arrendamento mercantil		-	(742)
Outros passivos		47	8.557
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		1.995	(1.913)
Aquisição de imobilizado/ Intangível		(1.727)	(1.589)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.727)	(1.589)
Captação empréstimos e financiamentos		-	-
Empréstimos e financiamentos		-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	-
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício		268	(3.502)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.564	6.065
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		2.831	2.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O **Hospital São Lucas S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado., domiciliada no Brasil com sede na cidade de Americana, no estado de São Paulo, localizada na Avenida Brasil nº263, Bairro Medon. A finalidade da sociedade consiste gerir as atividades em sua unidade hospitalar e outros estabelecimentos que venha a fundar, prestando todos os serviços compatíveis com seus objetivos.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 24 de junho de 2022, foi aprovado a conversão da associação em sociedade por ações, sem solução de continuidade das atividades até então desenvolvidas e se mantendo todos os direitos e obrigações que compõe o seu patrimônio. E aprovação da nova denominação social que passou a ser, Hospital São Lucas S.A, em razão da conversão.

A Companhia é controlada da São Lucas Saúde S.A. e faz parte do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

A Companhia, ao elaborar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (ii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 18 de março de 2024.

b) Comparabilidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2022 conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

c) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia.

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações Financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- direito de uso (arrendamentos);
- perda de recuperabilidade sobre créditos;
- teste de redução ao valor recuperável de ativos; e
- provisões para ações judiciais;

e) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Companhia reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Companhia avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.

A Companhia avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, conseqüentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

d) Perda de recuperabilidade sobre créditos

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras.

f) Imobilizado

São demonstrados pelo custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

h) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referente ao exercício corrente e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Companhia adota a tributação Lucro Presumido - presunção da base de cálculo à alíquota de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social para determinação do lucro tributável.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

i) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

As avaliações das contingências passivas são efetuadas observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

j) Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para todas as operações de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Passivo de arrendamento Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

k) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

l) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

4. Gerenciamento de risco

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

Risco de crédito

Um dos riscos de crédito advém da possibilidade de não receber valores decorrentes dos créditos vencidos. Por meio de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. O portfólio financeiro da empresa está exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico. Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

5. Outros Ativos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos indenizatórios	17.072	2.914
Bloqueios judiciais	14	-
	<u>17.086</u>	<u>2.914</u>

6. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2023, a composição das contas a receber de clientes era:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Créditos de operações de assistência à saúde	26.435	29.974
(-) Perda de glosa esperada	(586)	(586)
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	(1.242)	(1.242)
	<u>24.597</u>	<u>26.146</u>

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada, de acordo com a IFRS 9 Instrumentos financeiros, a Companhia espera receber 100% dos títulos vencidos entre 90 e 180 dias dentro de uma perspectiva de recebimento razoável para até 1 ano, desta forma, a Administração decidiu efetuar a provisão para as retenções de glosas de acordo com estudos realizados sob estimativas de perdas esperadas em consonância a IFRS 15 reconhecimentos de receitas.

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

31 dezembro de 2023

	Saldo	PDD	Glosa
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	5.263	-	-
Acima de 30 dias	2.802	-	-
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	88	-	-
De 31 a 90 dias	802	-	-
Acima de 90 dias	17.471	(1.242)	(587)
Contas a receber de clientes	26.426	(1.242)	(587)

Movimentação do contas a receber de clientes

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	26.146	13.311
Prestação de serviços médicos-hospitalar	73.730	72.743
Recebimentos	-	(59.312)
Provisão glosa sobre crédito	(75.279)	(586)
(-) Perda efetiva com créditos	-	(10)
Saldo no final do exercício	24.597	26.146

Movimentação da provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.242)
Constituições	-
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.242)

7. Imobilizado

	31 de dezembro				31 de dezembro
	de 2022	Aquisição	Transferência	Depreciações	de 2023
Terrenos e imóveis	13.626	-	(260)	(507)	12.859
Máquinas e equipamentos	559	203	17	(168)	611
Móveis e utensílios	1.153	141	(17)	(143)	1.134
Equipamentos de computação	1.239	-	-	(226)	1.013
Imobilizações em curso	4.180	1.383	260	-	5.823
	20.757	1.727	-	(1.044)	21.440

	31 de				31 de	
	dezembro de	Aquisição	Baixas	Transferência	dezembro de	
	2021				2023	
Terrenos e imóveis	11.582	-	-	2.428	(384)	13.626
Máquinas e equipamentos	789	29	(96)	-	(163)	559
Móveis e utensílios	1.084	172	(17)	47	(133)	1.153
Equipamentos de computação	1.004	609	(91)	(47)	(236)	1.239
Imobilizações em curso	5.829	779	-	(2.428)	-	4.180
	21.695	1.589	(204)	-	(916)	20.757

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

8. Salários a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos salários a pagar era:

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Salários a pagar	818	472
Férias a pagar	2.817	2.685
	3.635	3.157

9. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos outros passivos era:

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Recebimento antecipado cliente	43.627	43.258
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	1.625	1.705
Débitos diversos	82	5
Outros	(225)	95
	45.110	45.063

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu provisão relativa a processos cíveis e trabalhistas como segue:

	31 de dezembro de 2022	Provisão/reversão	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2023
Trabalhista	142	602	(233)	46	557
Cíveis	7.082	3.624	880	1.439	13.025
	7.224	4.226	647	1.485	13.583

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 10.400 (R\$ 10.400 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito e integralizado, representado por 10.400 quotas em 2022 e 2023.

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita de serviços Convênios	73.730	72.743
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalares	-	(586)
Receitas de serviços prestados	73.730	72.157
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalares	(4.901)	(4.860)
Impostos sobre serviços prestados	(4.901)	(4.860)
Receita operacional líquida	68.829	67.297

12. Custo dos serviços prestados

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Custo com serviço de terceiros	(36.945)	(38.108)
Depreciação de direito de uso	-	86
Depreciação	(1.064)	(934)
Outros custos	(31.385)	(27.903)
	(69.394)	(66.859)

13. Outras receitas líquidas

	31 de dezembro de	
	2023	2021
Receita com Aluguel	228	201
Outras receitas	-	58
Outras receitas	228	259
Outras despesas	-	(256)
Outras despesas	-	(256)
	228	3

14. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais operações e saldos sumarizados conforme segue:

	31 de dezembro de 2023			
	Ativos	Receitas	Passivos	Despesas
São Lucas Saúde S.A.	-	13.043	3.501	47.746
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	2.309	222.522	19.611	274.257

15. Seguros

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros que considera, principalmente a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

* * *

Gilson Silva Ramos
Diretor de Controladoria

Claudinei José Miani
Contador
CRC SP 1SP 206115/O-5

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente contábil –
Demonstrações Financeiras